



# ANALISTA JUDICIÁRIO

## ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - CONTABILIDADE

### (410.1 E 410.2)

NOME DO(A) CANDIDATO(A)

INSCRIÇÃO

Turno

**MANHÃ**

**PROVA**

**01**

**Na Folha de Respostas,  
no local indicado,  
lembre-se de preencher o  
Número da Prova!**



**instituto  
aacp**

Fraudar ou tentar fraudar  
Concursos Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311 - A do  
Código Penal

#### Sobre o material recebido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **cinquenta e cinco questões objetivas e uma Redação**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação incorrerá na eliminação do candidato ou da candidata.

#### Sobre o material a ser devolvido pelo candidato ou pela candidata

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Redação, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

#### Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Redação.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato ou a candidata estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato ou a candidata poderá levar consigo este Caderno no decorrer dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos ou candidatas só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

#### Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico [www.institutoaacp.org.br](http://www.institutoaacp.org.br), conforme previsto em Edital.

**Conhecimentos Gerais****Língua Portuguesa****A ARBORIZAÇÃO URBANA EM CIDADES COMPACTAS**

*Claudio Bernardes  
Engenheiro civil e vice-presidente do Secovi-SP,  
A Casa do Mercado Imobiliário*

As condições microclimáticas diurnas são afetadas especialmente pela radiação solar, e o microclima em áreas específicas das cidades tem efeitos bastante perceptíveis, sobretudo no que diz respeito ao conforto térmico. [...]

A aplicação de soluções baseadas na natureza nas cidades, para mitigar os efeitos nocivos do superaquecimento urbano, e tornar as cidades mais resilientes às ondas de calor, ganhou a atenção de urbanistas e pesquisadores nas últimas décadas.

Neste contexto, projetos de arborização viária apropriadamente elaborados podem tornar-se ferramentas úteis para planejar o clima da vizinhança, resolvendo as interações entre edifícios, árvores, sistema viário e atmosfera. [...]

Adaptado de:  
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2024/02/a-arborizacao-urbana-em-cidades-compactas.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

**1****No último parágrafo do texto,**

- (A) a expressão “podem tornar-se” pode ser substituída por “tornam-se” sem que isso altere a semântica original do excerto.
- (B) o pronome átomo pode ser anteposto ao verbo “tornar” sem que isso gere prejuízo sintático ao excerto.
- (C) o verbo “podem” é um auxiliar acurativo com a função de determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal.
- (D) o termo “apropriadamente”, por ser um advérbio, pode ser movido para o início da oração sem que isso gere incorreção gramatical ou modifique o sentido original do excerto.
- (E) A palavra “arborização” apresenta também outra grafia possível na norma-padrão: “arvorização”.

**2****Assinale a alternativa que analisa corretamente o primeiro parágrafo do texto.**

- (A) A primeira oração poderia ser reescrita como “A radiação solar afeta especialmente as condições microclimáticas do dia”, mantendo-se o sentido original do excerto.
- (B) A primeira vírgula é obrigatória, visto que separa duas orações assindéticas.
- (C) O termo “bastante” apresenta a mesma classificação morfológica e função que em “Há bastante trabalho a ser feito”.
- (D) Em “[...] no que diz respeito ao conforto térmico.”, o termo em destaque pode ser adequadamente substituído por “a”.
- (E) O verbo “tem” é um verbo impessoal, com sentido equivalente a “há” e “existe”.

**3****Sobre a clareza e a precisão nas comunicações oficiais, assinale a alternativa correta.**

- (A) A clareza do texto é alcançada quando este segue o princípio constitucional da publicidade.
- (B) Recomenda-se a não utilização de siglas, preferindo-se a escrita por extenso.
- (C) Devem-se usar frases longas, complexas e ricas em detalhes, para que não haja dúvidas quanto ao conteúdo do texto.
- (D) Um dos fatores que podem comprometer a clareza de uma comunicação oficial é a pressa com que ela é elaborada.
- (E) Uma das características do atributo da precisão é a manifestação do pensamento a partir do emprego de sinonímia com propósito estilístico.

## Raciocínio Lógico e Matemático

4

Certa aplicação financeira exige que o capital seja investido por 4 anos, sem acréscimos ou retiradas durante esse período. Considerando que a operação se utiliza de juros simples, a uma taxa de 16% ao ano, qual será o montante disponível para uma aplicação de R\$ 50.000, nesses moldes?

- (A) R\$ 32.000.
- (B) R\$ 58.000.
- (C) R\$ 70.000.
- (D) R\$ 82.000.
- (E) R\$ 94.000.

5

Ana, Bia e Céu são irmãs trigêmeas com grande semelhança física. Sabe-se que, desde a primeira infância, para evitar confusões, uma delas sempre usava uma tiara vermelha, outra sempre usava uma tiara alaranjada e a última sempre usava uma tiara verde. Além disso, sabe-se que Ana, Bia e Céu nunca usavam outra cor de tiara, além da sua própria. Sobre o exposto, são feitas as três seguintes afirmações das quais apenas uma é verdadeira:

- “Ana não usava tiara vermelha”;
- “Céu usava tiara alaranjada”;
- “Céu não usava tiara verde”.

Assim, as cores das tiaras que Ana, Bia e Céu usavam, respectivamente, são:

- (A) vermelha, alaranjada, verde.
- (B) alaranjada, verde, vermelha.
- (C) verde, alaranjada, vermelha.
- (D) vermelha, verde, alaranjada.
- (E) alaranjada, vermelha, verde.

## Noções de Direito Administrativo

6

No exercício do cargo de analista judiciário da Justiça Federal, Patrícia identificou que determinados atos administrativos parecem estar contrários ao ordenamento jurídico. Por lapso seu, um ato foi praticado contrariamente ao disposto na legislação aplicável, ao passo que um outro não é mais conveniente. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Patrícia poderá revogar o ato ilegal.
- (B) Se o ato é ilegal e inválido, Patrícia poderá revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) É pacífico o entendimento de que a Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, devendo submeter tal análise e julgamento ao Poder Judiciário para fins de controle jurisdicional.
- (D) É vedado à Administração anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos intangíveis.
- (E) Caso se tratem de pareceres, certidões ou atestados, considerados como meros atos administrativos, Patrícia não poderá revogá-los.

7

Os Secretários e Ministros de Estado podem ser apontados como os responsáveis pela elaboração de diretrizes e decisões de governo, atuando no primeiro escalão em órgão de cúpula da Administração Pública. Nesse contexto, de acordo com a classificação doutrinária, é correto afirmar que tais agentes públicos podem ser enquadrados como

- (A) servidores públicos estatutários, com cargo de provimento efetivo.
- (B) empregados públicos.
- (C) agentes honoríficos.
- (D) agentes políticos.
- (E) agentes contratados em caráter temporário.

**8**

**Assinale a alternativa correta nos termos da Lei nº 12.618/2012, a qual dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.**

- (A) Entende-se por patrocinador a instituição financeira responsável por gerir os recursos da previdência complementar.
- (B) Considera-se servidor o participante ou o seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.
- (C) O benefício especial é opção que importa ato jurídico perfeito.
- (D) A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) será estruturada na forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público.
- (E) Não poderá permanecer filiado aos respectivos planos de benefícios o participante cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.

**9**

**De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que**

- (A) é dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuam com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.
- (B) por falta de previsão legal, não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, ainda que o autor da denúncia o saiba inocente.
- (C) o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, ainda que não haja o integral ressarcimento do dano.
- (D) constatado ato de improbidade administrativa, a apuração poderá ser realizada por comissão processante, dispensada a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade, considerando a independência das esferas administrativa, penal e civil.
- (E) somente o cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

## **Noções de Direito Constitucional**

**10**

**Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são**

- (A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- (B) facultativos para os maiores de setenta anos.
- (C) proibidos para os analfabetos.
- (D) facultativos para os maiores de sessenta e cinco anos.
- (E) proibidos para os menores de dezoito anos.

**11**

**Ocupante do cargo de técnico judiciário, Bia concluiu outro curso de nível superior e pretende realizar concurso para provimento de cargo público em determinado Estado. Com base na Constituição da República Federativa do Brasil e entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que**

- (A) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro de professor em Universidade Estadual.
- (B) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo técnico ou científico.
- (C) Bia não poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com qualquer outro cargo público.
- (D) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo de professor em Universidade Estadual, mas não com outro cargo técnico ou científico.
- (E) Bia poderá cumular, de forma remunerada, o cargo que atualmente ocupa (técnico judiciário) com outro cargo de médico.

12

**Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, assinale a alternativa correta conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.**

- (A) É inconstitucional a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização de testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.
- (B) Não viola o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória.
- (C) Revela-se inconstitucional a exigência de que o leiloeiro, depois de devidamente habilitado perante as Juntas Comerciais, seja obrigado, mediante despacho das mesmas Juntas, a prestar fiança, em dinheiro ou em apólices da dívida pública federal.
- (D) No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais, motivo pelo qual é inconstitucional a exigência de diploma universitário em jornalismo como condição para o exercício da profissão de jornalista.
- (E) É inconstitucional impor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito a pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor.

## **Noções de Direito Penal**

13

**O Código Penal estabelece o conceito de funcionário público para fins penais. Nessa perspectiva, é correto afirmar que**

- (A) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o funcionário de empresa privada contratada ou conveniada para prestação de serviços cerimoniais.
- (B) quando o servidor público for ocupante de cargo em comissão ou função de direção, a pena será aumentada em dois terços.
- (C) equipara-se a funcionário público quem exerce função em entidade paraestatal.
- (D) não pode ser equiparado a funcionário público aquele que trabalha em empresa prestadora de serviços públicos contratada para prestação de atividade típica da administração pública.
- (E) no caso do servidor público que desempenhe função de direção ou assessoramento e que incidir na prática de crime de admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo (art. 337-M do Código Penal), a pena deverá ser aumentada em um terço.

14

**Em relação à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa correta.**

- (A) O ato de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais não constitui abuso de autoridade, mas ilícito funcional.
- (B) A sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal faz coisa julgada no processo administrativo-disciplinar, porém não interfere no âmbito cível.
- (C) Constituem penas restritivas de direito a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício de cargo, mandato ou função, com possibilidade de serem aplicadas de forma autônoma ou cumulativamente.
- (D) A suspensão do exercício do cargo, função do mandato, se dará pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, podendo, a critério do juiz, haver a perda dos vencimentos e das vantagens conforme fundamentação da sentença.
- (E) Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, hipótese em que o Ministério Público não mais poderá retomar a ação como parte principal.

15

Tício, no intuito de obter uma certidão, dirigiu-se a um órgão público municipal e foi atendido pelo servidor público Mévio. Na ocasião, Mévio disse que a certidão estaria disponível no prazo de 48 horas, mas, se lhe fosse repassada determinada quantia, poderia disponibilizar a certidão de imediato. Sabendo que essa solicitação é indevida, é correto afirmar que Mévio praticou o crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) peculato.
- (C) corrupção ativa.
- (D) concussão.
- (E) prevaricação.

## Noções de Sustentabilidade

16

**Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do meio ambiente.**

- (A) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe à coletividade prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (E) Compete ao Poder Público preservar a homogeneidade e a integridade do patrimônio genético do País, bem como fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

## Noções de Gestão Estratégica

17

Você, como analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, precisa conhecer e colaborar para a implantação do Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF), que resume as prioridades do segmento para o período de 2021 a 2026. A Resolução nº 668/2020 – CJF, de 09 de novembro de 2020, estabeleceu três elementos que estão contidos no Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e que foram discutidos pelos tribunais na forma de definições estratégicas, as quais nortearão as proposições para o novo ciclo de planejamento. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta esses três elementos.

- (A) Missão, visão de futuro e macrodesafios.
- (B) Análise de dados, tendências e propósito.
- (C) Governança, missão e visão de futuro.
- (D) Estratégia, propósito e valores.
- (E) Compliance, estratégia e tendências.

18

**O uso de ferramentas estratégicas é uma atribuição do analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Nessa perspectiva, a implantação do Balanced Scorecard (BSC) pode ser justificada pelos seguintes objetivos: garantir o alinhamento estratégico das unidades do TRF2; medir e monitorar o desempenho do Tribunal; estabelecer os planos de ação para atingir as metas e adotar um ciclo de melhoria contínua. Diante desse cenário, o BSC vai atingir os objetivos destacados no TRF2, pois**

- (A) analisa as oportunidades, as ameaças (ambiente externo), as forças e as fraquezas (ambiente interno) do TRF2.
- (B) analisa as 4 forças estratégicas do TRF2: concorrentes, fornecedores, clientes e produtos substitutos.
- (C) analisa as estratégias de crescimento do TRF2, considerando duas dimensões: produtos e mercados.
- (D) analisa as quatro perspectivas do TRF2: a financeira, a do cliente, a de processos internos e a de inovação e aprendizagem.
- (E) analisa as opções de decisão em um processo estruturado, envolvendo a representação gráfica das soluções do TRF2.

## **Noções de Direitos Humanos Fundamentais e de Acessibilidade**

19

**O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesse contexto, acerca de tal diploma normativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- (B) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, a qual afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e matrimonial, bem como o direito à privacidade do curatelado.
- (C) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal limitada, mas garantindo a plena acessibilidade.
- (D) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização.
- (E) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência ao menos durante o repouso noturno.

20

**Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.**

- (A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.
- (C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.
- (D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- (E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

**Conhecimentos Específicos**

**21**

Considere as informações a seguir, que representam as contas e os saldos referentes ao Balancete de Verificação de determinada empresa ao final do exercício de 2023:

| Contas                       | Valores (R\$) |
|------------------------------|---------------|
| Despesas de salários         | 240.000       |
| Despesas antecipadas         | 120.000       |
| Despesas de vendas           | 190.000       |
| Estoque de mercadorias       | 110.000       |
| Caixa e equivalente de caixa | 440.000       |
| Duplicatas a receber         | 120.000       |
| Contas a pagar               | 80.000        |
| Fornecedores                 | 200.000       |
| Lucros a distribuir          | 60.000        |
| Reserva legal                | 20.000        |
| Custo da mercadoria vendida  | 600.000       |
| Despesas administrativas     | 120.000       |
| Capital social               | 440.000       |
| Máquinas e equipamentos      | 260.000       |
| Vendas de mercadorias        | 1.600.000     |
| Tributos sobre as vendas     | 200.000       |

A partir dos dados apresentados, o valor do patrimônio líquido dessa empresa em 31 de dezembro de 2023 foi de

- (A) R\$ 770.000.
- (B) R\$ 850.000.
- (C) R\$ 690.000.
- (D) R\$ 980.000.
- (E) R\$ 1.200.000.

**22**

A respeito das demonstrações contábeis e da distribuição de lucros conforme a Lei nº 6.404/1976, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício.
- II. Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá ocorrer 1 (uma) assembleia-geral para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
- III. A reserva legal pode ser utilizada para a compensação de prejuízos e para a distribuição de dividendos.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I.

**23**

Considere que, em 31 de dezembro de 2023, uma empresa apresentou em seu Balanço Patrimonial as seguintes informações:

Ativo total: R\$ 80.000.000;  
 Passivo circulante: R\$ 20.000.000;  
 Patrimônio líquido: R\$ 40.000.000.

Além disso, o índice de liquidez corrente apurado no exercício foi de 1,20.

Com base nessas informações, o valor do ativo não circulante registrado no Balanço Patrimonial em 31/12/2023 foi de

- (A) R\$ 78.000.000.
- (B) R\$ 66.400.000.
- (C) R\$ 56.000.000.
- (D) R\$ 48.600.000.
- (E) R\$ 56.800.000.

**24**

Ao final do exercício de 2023, uma empresa apresentou as seguintes informações referentes a uma máquina:

- Custo de aquisição: R\$ 800.000;
- Depreciação acumulada: R\$ 100.000;
- Perda por redução ao valor recuperável: R\$ 100.000 (exercício de 2022).

De acordo com as normas contábeis, em 31/12/2023, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para essa máquina e obteve os seguintes resultados:

- Valor justo líquido: R\$ 780.000;
- Valor em uso: R\$ 800.000.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que

- (A) foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, dado que o valor recuperável é R\$ 800.000.
- (B) foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.
- (C) foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.
- (D) foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 200.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.
- (E) foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.

**25**

Conforme dispõe a NBC TG 20 (R2) – Custos de Empréstimos, ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida. Nesse contexto, quando as atividades de desenvolvimento do ativo qualificável são suspensas por algum motivo, a entidade deve

- (A) continuar capitalizando os custos dos empréstimos ao ativo qualificável durante o período em que as atividades de desenvolvimento são interrompidas.
- (B) suspender os pagamentos dos juros e encargos da dívida contratada durante o período em que as atividades de desenvolvimento são interrompidas.
- (C) suspender os pagamentos do principal da dívida contratada durante o período em que as atividades de desenvolvimento são interrompidas.
- (D) reverter a parcela dos custos dos empréstimos já capitalizada ao ativo qualificável durante o período de suspensão.
- (E) suspender a capitalização dos custos de empréstimos durante o período em que as atividades de desenvolvimento são interrompidas.

**26**

Considerando as instruções de procedimentos contábeis relativas ao CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo devem minimizar o uso de dados observáveis relevantes e maximizar o uso de dados não observáveis.
- II. A abordagem de mercado reflete o valor que seria necessário atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo.
- III. Para se mensurar o valor justo do ativo ou passivo, na ausência de mercado principal, deve-se considerar o mercado mais vantajoso.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III.

**27**

**Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados, as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem**

- (A) o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.
- (B) todos os custos de administração dos ativos do plano de benefício definido.
- (C) qualquer imposto devido pelo plano, exceto impostos incluídos nas premissas atuariais utilizadas para mensurar o valor presente da obrigação de benefício definido.
- (D) todas as alterações no efeito do teto de ativo, excluindo valores incluídos nos juros brutos sobre o valor do passivo (ativo) de benefício definido.
- (E) os ganhos e as despesas financeiras concebidos pelo plano de benefício definido.

**28**

**Considere que uma empresa registrou os seguintes fatos contábeis no exercício de 2023:**

- **Recebimento de empréstimo bancário no valor de R\$ 500.000;**
- **Venda à vista de mercadorias por R\$ 900.000, cujo custo de aquisição foi de R\$ 300.000;**
- **Pagamento de R\$ 300.000 em fornecedores pelo estoque de mercadorias adquirido;**
- **Pagamento de despesas administrativas e operacionais no valor de R\$ 400.000;**
- **Venda à vista de ativo imobilizado por R\$ 250.000, cujo valor contábil era de R\$ 200.000;**
- **Pagamento de contratos mantidos para negociação imediata no valor de R\$ 50.000.**

**Com base nas informações apresentadas, o valor do fluxo de caixa gerado pela atividade operacional foi de**

- (A) R\$ 100.000.
- (B) R\$ 150.000.
- (C) R\$ 200.000.
- (D) R\$ 650.000.
- (E) R\$ 800.000.

**29**

**De acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25 (CPC 25), a respeito dos ativos contingentes, é INCORRETO afirmar que**

- (A) resultam de eventos passados.
- (B) não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.
- (C) surgem, geralmente, de eventos não planejados ou inesperados.
- (D) são avaliados periodicamente para assegurar que as informações nas demonstrações contábeis estejam atualizadas.
- (E) devem ser registrados nas demonstrações contábeis apenas quando a entrada de recursos for provável.

**30**

**Conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido sempre aplicada, denomina-se**

- (A) aplicação prospectiva.
- (B) ajustes de erros de períodos anteriores.
- (C) aplicação retrospectiva.
- (D) aplicação regressiva.
- (E) reapresentação retrospectiva.

**31**

**Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 14ª edição, o não cumprimento das regras dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sujeita o titular do Poder ou órgão a sanções que poderão ser:**

- (A) pagamento de multa com recursos próprios, podendo chegar a 20% dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa.
- (B) inabilitação para o exercício da função pública por um período de até 5 anos.
- (C) pagamento de multa civil até três vezes o valor do dano.
- (D) ressarcimento parcial do dano, com perda da função pública por um período de até 12 anos.
- (E) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 8 anos.

**32**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público nº 34 – Custos no Setor Público, a unidade na qual se apuram os custos, podendo ser usada para a acumulação dos custos e sua vinculação às entregas é denominada

- (A) Centro de Responsabilidade.
- (B) Sistema de Informações de Custos.
- (C) Gerenciamento de Informações de Custos.
- (D) Estrutura Organizacional de Custos.
- (E) Direcionadores de Custos Acumulados.

**33**

No âmbito da contabilidade das entidades do setor público, para assegurar o adequado registro orçamentário, é necessário classificar as despesas orçamentárias de acordo com sua natureza. Dessa forma, o Grupo de Natureza da Despesa (GND) destinado para o pagamento de subvenções deve ser classificado pelo GND como

- (A) Pessoal e Encargos Sociais.
- (B) Transferências Correntes.
- (C) Outras Despesas Correntes.
- (D) Contribuições e Subvenções Sociais.
- (E) Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

**34**

Considere que, em 2 de abril de 2018, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) adquiriu um veículo para suas atividades administrativas pelo valor de aquisição de R\$ 144.000. Nessa mesma data de aquisição, o veículo já estava em condições de uso. Além disso, a previsão inicial era de que o veículo fosse utilizado por 5 (cinco) anos, com doação posterior a uma associação beneficente. No entanto, em 31 de dezembro de 2019, o TRF2 revisou a estimativa de vida útil para 31 de dezembro de 2023, planejando, então, vendê-lo por R\$ 30.000.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o valor contábil do veículo evidenciado no Balanço Patrimonial do TRF2 em 31 de dezembro de 2022 foi de

- (A) R\$ 23.400.
- (B) R\$ 38.250.
- (C) R\$ 41.025.
- (D) R\$ 45.900.
- (E) R\$ 48.200.

**35**

Em relação às disposições estabelecidas pelo Decreto Federal nº 93.872/1986, que trata da unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, entre outros assuntos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedada a abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.
- (B) As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.
- (C) O saldo financeiro apurado em balanço de fundo especial poderá ser utilizado no exercício subsequente, desde que seja incorporado ao seu orçamento. Contudo, caso o fundo especial fique inativo por mais de um exercício financeiro, ele será extinto.
- (D) A descentralização de crédito e a fixação de limite de saques a unidade gestora importa mandato para a ordenação do pagamento, observadas as normas legais pertinentes.
- (E) Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

**36**

São normas às quais a avaliação dos elementos patrimoniais, deve elaborar conforme estabelece a Lei nº 4.320/1964:

- I. as reavaliações dos bens móveis e imóveis, nas entidades do setor público;
- II. as variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie que devem ser levadas à conta de resultado;
- III. os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas III.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas II.
- (D) apenas I.
- (E) apenas I e III.

**37**

**A conformidade de registro de gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. Desse modo, a conformidade dos registros de gestão deve ser registrada pelo conformista do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em até**

- (A) dois dias úteis após o registro da operação no Siafi, podendo ser atualizada em cinco dias da data definida para o fechamento do mês.
- (B) três dias úteis a contar da data do registro da operação no Siafi, podendo ser atualizada até a data fixada para o fechamento do mês.
- (C) quatro dias úteis a contar da data do registro da operação no Siafi, podendo ser atualizada até três dias da data definida para o fechamento do mês.
- (D) cinco dias úteis a contar da data do registro da operação no Siafi, podendo ser atualizada até a data fixada para o fechamento do mês.
- (E) dois dias úteis a contar da data do registro da operação no Siafi, podendo ser atualizada em três dias da data definida para o fechamento do mês.

**38**

**A Tabela de Eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento das telas e documentos de entrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos. Em relação à tabela de eventos utilizada pelas unidades gestoras do Poder Judiciário Federal, assinale a alternativa INCORRETA sobre as classes de eventos.**

- (A) Evento da classe 51 destina-se ao registro da variação patrimonial diminutiva.
- (B) Evento da classe 53 destina-se ao registro de liquidações e baixa de obrigações.
- (C) Evento da classe 70 destina-se ao registro das classificações de receita e ingressos sem execução orçamentária.
- (D) Evento da classe 50 destina-se ao registro das rotinas automáticas de encerramento.
- (E) Evento da classe 61 destina-se ao registro das baixas de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

**39**

**Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região deve publicar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 3º quadrimestre de 2023 contendo os seguintes demonstrativos:**

- (A) despesa com pessoal, dívida consolidada líquida e de operação de crédito.
- (B) receita corrente líquida, despesas com pessoal e de garantias e contragarantias de valores.
- (C) despesa com pessoal, disponibilidade de caixa e dos restos a pagar e demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal.
- (D) despesa com pessoal, resultado primário e nominal e da dívida consolidada líquida.
- (E) demonstrativo de restos a pagar por poder e órgão, despesas com pessoal e da dívida consolidada líquida.

**40**

**De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, são despesas não computadas para fins de apuração da despesa líquida com pessoal, EXCETO**

- (A) indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária.
- (B) inativos e pensionistas com recursos vinculados.
- (C) despesas com pessoal decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração.
- (D) despesas com pessoal de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração.
- (E) despesas com pessoal não executadas orçamentariamente.

**41**

**De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa que apresenta uma atividade que NÃO se subordina à aplicação do regime dessa lei.**

- (A) Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- (B) Contratações de operação de crédito, interno ou externo.
- (C) Obras e serviços de arquitetura e engenharia.
- (D) Concessão e permissão de uso de bens públicos.
- (E) Alienação e concessão de direito real de uso de bens.

42

Em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O julgamento pelo critério de maior retorno econômico é exclusivo dos contratos de eficiência.
- II. A licitação é dispensável quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- III. A utilização do credenciamento é cabível em contratações nas quais o objeto pertence a mercados fluidos.

- (A) I, II e III.  
(B) Apenas I e II.  
(C) Apenas I e III.  
(D) Apenas II e III.  
(E) Apenas III.

43

Em relação ao Controle Externo da União, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma competência do Tribunal de Contas da União (TCU) de acordo com as normas constitucionais e infraconstitucionais.

- (A) Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.
- (B) Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.
- (C) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (E) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

44

O controle externo abrange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da unidade federada e das entidades da Administração direta e indireta. No que diz respeito à fiscalização orçamentária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Examina o desempenho da Administração Pública, isto é, se as metas e os resultados programados foram atingidos.
- II. Analisa o fluxo de entrada e saída de recursos públicos. Esse tipo de fiscalização é direcionado ao controle das receitas e despesas realizadas durante o exercício fiscal.
- III. Verifica a exatidão da execução das leis orçamentárias ou o nível de concretização das previsões do orçamento.

- (A) I, II e III.  
(B) Apenas I e II.  
(C) Apenas I e III.  
(D) Apenas II e III.  
(E) Apenas III.

45

Considere as seguintes informações extraídas do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 3º quadrimestre de 2023 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2):

- **Receita Corrente Líquida (RCL) = R\$ 1.233.714.885.000.**
- **Despesa Total com Pessoal (DTP) = R\$ 1.519.075.570,94.**

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o valor do limite legal relativo ao 3º quadrimestre de 2023 do TRF2 foi de

- (A) R\$ 4.565.650.101,70.  
(B) R\$ 3.870.460.201,30.  
(C) R\$ 3.167.846.721,66.  
(D) R\$ 2.980.454.385,58.  
(E) R\$ 2.651.062.049,49.

46

O recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, equipara-se a

- (A) operações de crédito por antecipação de receita.
- (B) operações de crédito e não estão vedados.
- (C) operações de crédito e estão vedados.
- (D) operações de abertura de crédito interno.
- (E) operações de recebimento de receitas financeiras sem suporte orçamentário.

47

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, na seção que trata de penalidades e infrações, estabelece-se que o ordenador de despesa que deixar de autorizar ou promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido por lei estará sujeito à seguinte penalidade:

- (A) pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- (B) pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.
- (C) pena de reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.
- (D) pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
- (E) pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

48

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O relatório da auditoria interna deve abordar, no mínimo, os riscos associados aos fatos constatados.
- (B) A análise dos riscos da auditoria interna deve ser realizada na fase de execução dos trabalhos da auditoria.
- (C) Os procedimentos da auditoria interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos.
- (D) Ao utilizar o método de amostragem, seja estatística ou não, é necessário projetar e selecionar uma amostra capaz de fornecer evidências de auditoria suficientes e apropriadas.
- (E) Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

49

Na execução dos trabalhos de auditoria governamental, as técnicas de análise de dados servem como ferramentas para organizar e investigar as relações entre as variáveis selecionadas e buscam responder às questões de auditoria. Desse modo, algumas técnicas qualitativas de análise de dados podem ser classificadas como:

- (A) análise de conteúdo, triangulação, interpretações alternativas e casos negativos.
- (B) regressão analítica, tabulação de frequências, interpretações alternativas e casos positivos.
- (C) triangulação, interpretações alternativas, estatística descritiva e análise envoltória de dados.
- (D) casos negativos, análise de conteúdo, regressão analítica e tabulação de frequências.
- (E) estatística descritiva, regressão analítica, tabulação de frequências, análise multivariada e análise envoltória de dados.

50

Conforme estabelece o Manual de Auditoria do Poder Judiciário (edição 2023), para que o processo de mapeamento e de atualização das informações relativas ao universo de auditoria seja estabelecido e funcione de forma adequada, é necessário que a equipe ou o profissional responsável pelo planejamento defina a estrutura de objetos auditáveis. Para tanto, as seguintes fases devem ser observadas, EXCETO

- (A) aprovação do universo auditável.
- (B) desdobramento dos macroprocessos de trabalho.
- (C) realização do mapeamento dos macroprocessos de trabalho.
- (D) planejamento, aprovação, execução e revisão do mapeamento dos macroprocessos de trabalho.
- (E) definição dos agrupadores dos macroprocessos de trabalho.

51

Em relação à Instrução Normativa TCU nº 84/2020, assinale a alternativa que NÃO apresenta princípio(s) expresso(s) para a elaboração e a divulgação da prestação de contas das Unidades Prestadoras de Contas (UPC).

- (A) Tempestividade e relações com as partes interessadas.
- (B) Conectividade da informação e clareza.
- (C) Coerência e comparabilidade.
- (D) Materialidade e concisão.
- (E) Confiabilidade e prudência.

52

Consoante ao Manual de Auditoria Operacional (2020) do Tribunal de Contas da União, a observação direta é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos para compreender determinados aspectos da realidade. Nesse contexto, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma das vantagens da técnica de observação direta.

- (A) Permitir ao observador testemunhar os fatos, sem depender de informações de terceiros.
- (B) Trazer para a análise as percepções do próprio observador, que, ao serem confrontadas com as percepções dos entrevistados, fornecem uma visão mais completa do tema estudado.
- (C) Permitir que o observador forme impressões que não extrapolem o que é possível registrar, mesmo nas mais detalhadas anotações de campo.
- (D) Permitir ao observador compreender o contexto no qual se desenvolvem as atividades.
- (E) Poder captar aspectos sobre os quais os participantes não desejam falar em uma entrevista.

53

De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), além de manter sua independência durante todo o processo de auditoria, o auditor precisa estabelecer uma comunicação clara e transparente com a parte responsável sobre sua percepção dos riscos à independência. Dessa maneira, as ameaças ao cumprimento dos requisitos de independência devem ser identificadas, avaliadas e mitigadas antes e durante a auditoria. Nesse contexto, a ameaça que ocorre quando um auditor promove uma posição ou opinião a tal ponto que a neutralidade e/ou objetividade possam ser ou sejam percebidas como comprometidas está relacionada à ameaça de

- (A) interesse próprio.
- (B) defesa de interesse.
- (C) participação na gestão.
- (D) intimidação.
- (E) familiaridade.

54

Pedro, um empresário visionário, decidiu ampliar seu negócio com reformas e instalações inovadoras. Para viabilizar esse projeto, ele obteve um empréstimo bancário de R\$ 400.000, financiado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), com taxa de juros de 4% ao mês, totalizando 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas. Com base nessas informações, o valor da última parcela a ser paga por Pedro será de

- (A) R\$ 41.600.
- (B) R\$ 52.800.
- (C) R\$ 42.400.
- (D) R\$ 48.000.
- (E) R\$ 56.000.

55

Em relação à Gestão e Administração Patrimonial dos Bens da Administração Pública Federal, conforme estabelece o Decreto Federal nº 9.373/2018, é correto afirmar que

- (A) os bens móveis inservíveis que se encontram em perfeitas condições de uso, mas não são aproveitados, são classificados como bens recuperáveis.
- (B) os bens móveis inservíveis ociosos, recuperáveis e antieconômicos podem ser reaproveitados, mediante transferência interna ou externa.
- (C) as classificações e avaliações de bens serão realizadas por uma comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por, no máximo, três servidores do órgão ou da entidade.
- (D) os equipamentos, as peças e os componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos, recuperáveis ou antieconômicos não poderão ser doados.
- (E) a cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

## Instruções

A Prova Discursiva de Redação será avaliada considerando os aspectos presentes na TABELA 15.3 do Edital:

| Aspectos                      |   | Pontuação máxima |
|-------------------------------|---|------------------|
| 1                             | Atendimento e desenvolvimento do tema / Informatividade e argumentação.   | 2                |
| 2                             | Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição).  | 2                |
| 3                             | Atendimento à estrutura textual proposta.   | 2                |
| 4                             | Domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia (inclusive legibilidade); acentuação. | 4                |
| <b>TOTAL MÁXIMO DE PONTOS</b> |   | <b>10</b>        |

O candidato ou a candidata terá sua Prova Discursiva de Redação avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- não desenvolver ou tangenciar o tema proposto;
  - não desenvolver o tema na tipologia textual (dissertação argumentativa) exigida;
  - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
  - redigir o texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
  - não apresentar o texto na Folha de Versão Definitiva (entregando-a em branco) ou desenvolvê-lo com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
  - apresentar identificação de qualquer natureza (tais como nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número, letra, sinal, desenho ou código);
  - não escrever o texto em língua portuguesa;
  - apresentar o texto com 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
  - apresentar o texto com menos de 8 (oito) linhas autorais (não copiadas da prova, dos textos de apoio, de modelos prontos de redação ou de outras fontes) contínuas e/ou compô-lo predominantemente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova e/ou por reproduções (plágio) de textos divulgados em mídias digitais (sobretudo internet) ou impressas.
- A Folha de Versão Definitiva da Redação será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no Caderno de Questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva de Redação.
  - Na Prova Discursiva de Redação, deverá ser observado pelo candidato ou pela candidata o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas para elaborar a Versão Definitiva da Redação.**
  - Será desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração do texto.
  - Textos curtos, com 19 (dezenove) linhas ou menos, serão penalizados no critério que avalia a informatividade e a argumentação, com perda de 0,5 ponto por cada linha abaixo do mínimo exigido.
  - Não será corrigida e/ou lida a Folha de Versão Definitiva que for preenchida inadequadamente, não assinada, assinada em outro local que não seja o indicado na folha de rosto, amassada ou danificada de qualquer modo.

## Redação

### Texto 1

#### Mudanças climáticas tornam eventos extremos mais frequentes

O coordenador geral de Operações e Modelagem do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Marcelo Seluchi, alerta que as mudanças climáticas estão tornando eventos extremos mais frequentes [...]. “Os eventos extremos não podem ser atribuídos, cada um individualmente, às mudanças climáticas, mas o que pode ser atribuído às mudanças climáticas é o aumento da frequência deles. [...] Nos últimos anos, os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes. As mudanças climáticas influenciam de alguma forma tanto na intensidade quanto na frequência de ocorrências”, disse Seluchi.

Outro ponto abordado por Seluchi é que o Oceano Atlântico está consideravelmente mais quente que o normal. “Quando uma área oceânica tão extensa está mais quente do que o normal, isso responde a um aquecimento generalizado e pode ter a ver com mudanças climáticas, que aumentam a temperatura da atmosfera e dos oceanos”. Segundo o pesquisador, um oceano mais quente evapora mais umidade, e é provável que o volume de chuva que está sendo previsto tenha influência da temperatura do oceano. “A chuva provavelmente seria menor se o oceano estivesse normal ou mais frio que o normal”, diz.

Adaptado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/mudancas-climaticas-tornam-eventos-extremos-mais-frequentes>. Acesso em: 2 maio 2024.

### Texto 2

#### 61% dos brasileiros acreditam que precisarão se mudar nos próximos anos por conta das mudanças climáticas, aponta estudo

No Brasil, 61% da população acredita que, nos próximos 25 anos, precisará se mudar da região onde vive por causa do impacto das mudanças climáticas. O país ocupa o 2º lugar em um ranking mundial formado pelos 31 países que participaram do levantamento “Visões Globais Sobre As Mudanças Climáticas” (Global Views On Climate Change), realizado pelo Ipsos. A pesquisa foi produzida para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 28), que terminou em dezembro.

[...]

Aproximadamente 1.000 pessoas foram ouvidas na pesquisa realizada no Brasil. 79% delas afirmaram que já sentem atualmente um efeito severo das mudanças climáticas onde vivem. [...] A visão sobre o futuro do clima no planeta é pessimista. 85% dos brasileiros entrevistados acham que os impactos das mudanças climáticas no país serão ainda mais intensos nos próximos 10 anos.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/01/21/61percent-dos-brasileiros-acreditam-que-precisarao-se-mudar-nos-proximos-anos-por-conta-das-mudancas-climaticas-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

### Texto 3



Adaptado de: <https://www.folhadelondrina.com.br/img/inline/3240000/0x1200/Charge-160220240324664700202402152021.webp>. Acesso em: 2 maio 2024.

A partir da leitura dos Textos 1, 2 e 3, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema “**Desafios para combater os efeitos das mudanças climáticas no Brasil**”. Organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa dos seus pontos de vista.

-----

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

